

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**OS DESAFIOS DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS:
O que pensam as estudantes de Pedagogia sobre essa temática?**

Belo Horizonte, MG

2023



Renata Vilarinho Lima da Silva (Bolsista de IC)

Gláucia Soares Barbosa (Orientadora)

**OS DESAFIOS DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS:
O que pensam as estudantes de Pedagogia sobre essa temática?**

Relatório apresentado à 7ª FEMIC - Feira
Mineira de Iniciação Científica.

Orientação do Prof. Gláucia Soares Barbosa.

Belo Horizonte, MG

2023



RESUMO

A mulher vem conquistando e ocupando novas posições na sociedade. Apesar dos avanços, tais conquistas acontecem dentro de um sistema social que ainda privilegia os homens em determinados papéis sociais e os desresponsabiliza de outros. Assim, é desafiador para as mulheres conseguirem seguir com estudo e/ou trabalho, pois acumulam as funções que lhes são socialmente incumbidas, como cuidados com filhos, casa e pessoas adoentadas. Isso tem um impacto importante na construção das carreiras. Estudos mostram que as mulheres são maioria ao ingressar na universidade e esse número decai durante a progressão das carreiras acadêmicas e científicas. Entre os vários motivos para que isso aconteça destaca-se a maternidade. Essa pesquisa visa compreender a realidade da maternidade na universidade a partir das percepções das discentes da Faculdade de Educação - FaE da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. Para tanto, uma das ferramentas utilizadas foi a aplicação de questionário online. Aqui nosso recorte é sobre as percepções das estudantes de Pedagogia, sendo que obtivemos 124 respostas desse público. A análise parcial dos resultados mostra que a maioria das participantes são mulheres cis, heterossexuais, negras, ganham de 1 a 3 salários mínimos e não possuem deficiência. Observou-se que 19% possuem bolsas de estudos, sendo 13 de ensino, 8 de extensão e 3 de pesquisa. Notamos que 51% das estudantes são mães e, dessas, 25% se consideram mães solas. Foram sugeridas no questionário algumas medidas de apoio à maternidade para serem julgadas como relevantes (projetos que envolvam crianças, creche, sala de amamentação, fraldário, regime de estudos especiais, auxílio creche, licença maternidade). Predominou a opinião de que essas medidas são muitíssimo importantes. Isso mostra que as discentes da FaE são sensíveis às questões relacionadas à maternidade e que esta deve ser uma relevante pauta universitária.

Palavras-chave: Gênero; Educação; Maternidade e Ciência; Universidade



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 JUSTIFICATIVA	6
3 OBJETIVO GERAL	8
4 METODOLOGIA	9
5 RESULTADOS OBTIDOS	10
6 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	18



1 INTRODUÇÃO

No arcabouço da sociedade brasileira prevaleceu por muitos anos a ideia de que trabalho e educação eram atividades voltadas para os homens, sendo designado às mulheres papéis estereotipados para áreas que de alguma forma se relacionassem as esferas emocionais, humanas, domésticas, afetivas, maternais (GARCIA, 2015; PISCITELLI, 2009).

A conquista das mulheres em ocupar o ensino superior é recente. Atualmente, um dado conhecido entre os pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre Mulheres na Ciência é que as mulheres são maioria na universidade (ABREU *et al*, 2016). Muitas delas são mães, mas ainda são raras as pesquisas que quantifiquem esse número. Segundo Abreu *et al* (2016), mesmo em maior número elas NÃO estão na maioria dos cargos de poder que, entre outras funções, decidem as políticas universitárias. Assim, mesmo numa esfera em que prevalece o quantitativo feminino, o ambiente universitário é patriarcal e o maternar continua invisibilizado.

Para ilustrar numericamente o contexto apresentado, Müller (2021) afirma que 57% dos estudantes de ensino superior eram mulheres em 2020. A partir de um recorte interseccional a pesquisadora revela que entre essas estudantes apenas 3% são pretas e 12% são pardas. A autora também apresenta dados em relação à carreira científica das mulheres na academia. Demonstra que, no início da trajetória, elas são maioria representando 55% das bolsas de iniciação científica, enquanto que ao se consolidar a carreira, as mulheres com bolsa de produtividade em pesquisa representam apenas 36% desse público, culminando dessa forma para o efeito tesoura. Em relação a parentalidade, Müller (2021) afirma que um a cada dez estudantes de graduação nas instituições federais possui filhos (considerando homens e mulheres). Assim temos um cenário de mães e filhos presentes na universidade, pouca ou nenhuma política de apoio à maternidade e desigualdade de gênero na progressão da carreira científica, sendo a maternidade um dos fatores que contribui para isso.

Para abordar as políticas universitárias para a maternidade, resgataremos a segunda onda do movimento feminista. Essa fase, entre outros aspectos, aborda a divisão sexual do trabalho e realiza uma crítica à questão do espaço público como sendo de exclusão feminina e dominação masculina:



De toda forma, a dinâmica de divisão sexual do trabalho, ainda que deva ser interpretada em suas variadas formas, reforça padrões de discriminação às mulheres, limitando sua autonomia e perpetuando situações de desigualdade, já que a sociedade limita às mães com filhos pequenos um espaço bastante limitado de possibilidades, mais especificamente, seu lugar deve ser o ambiente privado, praticamente em cárcere domiciliar, ao argumento de ser o espaço apropriado a um bebê ou criança pequena – e, a partir desta ideia se desenham tantas injustiças e discriminações. Assim sendo, ao limitar a mulher que se torna mãe ao espaço privado domiciliar, a pauta de reivindicações para inclusão dessas mulheres começa a se afastar da esfera de responsabilidades públicas, o que deve ser, portanto, reposicionado na agenda política e na arena de discussões sobre políticas públicas para superação da realidade de desigualdade de gênero dentro das universidades brasileiras (MÜLLER, 2018, p. 21).

Pensando nesse espaço privado delimitado para a mulher, podemos refletir sobre a divisão do trabalho doméstico como desvelador da desigualdade de gênero: enquanto para as mulheres são delegados todos os cuidados com os filhos, os homens são coletivamente desresponsabilizados dessa tarefa:

Essa “apropriação do trabalho da mulher” se dá tanto na esfera doméstica (pelo marido e/ou pai da criança) como pela coletividade de uma forma geral (já que é institucionalizado que se pode exigir tal sacrifício das mulheres), e essa responsabilização desigual do trabalho classificado como produtivo e não remunerado, seria a base do sistema patriarcal do capitalismo (BIROLI, 2015 apud MÜLLER, 2018, p. 25).

Assim, deve-se pensar a maternidade como pauta pública, política e social, incorporada na agenda da educação e da saúde, de forma a contribuir para a superação da desigualdade de gênero, sendo necessário levar esse debate para a universidade.

2 JUSTIFICATIVA

Professoras e estudantes universitárias enfrentam uma série de dificuldades para cumprir suas tarefas produtivas após o nascimento de seus bebês (e também na gestação) dado o quadro de desigualdades estruturais. O estudo de Machado *et al* (2019), com mais de 2000 pesquisadores brasileiros, indicou um dado interessante sobre a produtividade de pesquisadoras mães, em que foi avaliado impacto dos filhos na produção acadêmica que pode durar até quatro anos após o nascimento dos filhos. Assim, é necessário que se



investida em políticas de apoio às mães na universidade. Além disso, é preciso reconhecer que a maternidade está amparada pela nossa lei maior, a Constituição Federal, que em seu artigo 6º nos diz que é um direito social a proteção à maternidade e à infância (BRASIL, 1988). As universidades de um modo geral e, a UEMG em especial, têm ponderado sobre essas questões? Além da licença maternidade de seis meses concedida para as professoras e do regime especial de 90 dias concedida para as estudantes a partir do 8º mês de gestação, que outras medidas de amparo à maternidade são tomadas na UEMG? Para levar essas e outras preocupações sobre a maternidade para a pauta acadêmica da UEMG é que esse projeto foi pensado. Nossa intenção foi mapear as discentes mães desta universidade de modo a entender suas realidades e suas demandas e, a partir daí, apresentar dados resultantes desta pesquisa que servirão para reivindicar apoio e acolhimento da universidade às questões maternas.

Outra nuance da maternidade que merece atenção é em relação ao direito à saúde da criança, especificamente à sua alimentação e aleitamento, sendo que esta questão está atrelada a vivência universitária como veremos a frente. Segundo Portaria de Consolidação nº 2/2017 do Ministério da Saúde:

O aleitamento materno, que deve ser a primeira prática alimentar dos indivíduos, é necessário para a garantia da saúde e do desenvolvimento adequado das crianças. O Brasil adota as recomendações internacionais, recomendando o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês e continuado até o segundo ano de vida (BRASIL, 2017).

É contundente a importância da amamentação nos primeiros seis meses de vida de uma criança e que, além de ser primordial para a saúde, contribui no estabelecimento do vínculo mãe e filho. Entretanto, diante do cenário machista em que vivemos, o corpo da mulher ainda é sexualizado, mesmo quando exposto para alimentação, no simples ato de amamentar. Sendo assim, em muitas instituições e empresas são oferecidos ambientes confortáveis para amamentação, armazenamento e extração de leite. A Universidade Federal de Santa Catarina é um exemplo entre as instituições de ensino superior, pois criou as Salas de Apoio à Amamentação, locais para que as mães em aleitamento se sintam seguras e confortáveis para esvaziar as mamas e armazenar seu leite (OLIVEIRA, 2019). Essas e outras atividades de apoio à maternidade caminham a passos lentos, mas representativos de uma luta que veio para ficar. Uma hipótese da pesquisa é que essa



demanda pode vir a ser apontada nos dados que serão coletados, já que esse é um fenômeno social.

Além do aleitamento, um aspecto importantíssimo que devemos refletir sobre a maternidade é a rede de apoio. É essencial contar com pessoas e espaços que possam dar suporte para que a mãe estude, trabalhe, se atenha ao autocuidado, saúde e lazer, enfim viva com dignidade. Na realidade de muitas mães não cabe o auxílio dos pais e familiares, o que as fazem recorrer a babás e creches, quando possível. Sobre esse aspecto Müller (2018) revela ainda que cerca de 65% dos estudantes de graduação de instituições federais com filhos dependem de auxílio da família para se dedicarem aos estudos, sendo que apenas 5,2% contam com creches e redes de apoio na universidade. O auxílio creche, que deveria contribuir com essa rede de apoio terceirizada, foi estipulado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil no valor de R\$120,00, o que pode ser considerado ínfimo para o custeio de uma mensalidade de uma creche, na cidade Belo Horizonte, por exemplo. Estamos falando de um auxílio que não inclui todas as mães, mas aquelas que passaram pelo crivo dos editais universitários. Assim, pensar nas mães universitárias é pensar na relevância da política das creches, é compreender a maternidade como pública e política, colocando em evidência que os cuidados na primeira infância devem ser pauta não só da universidade, mas de toda a sociedade. Também considera-se hipoteticamente que esse será um ponto relevante nos dados que serão coletados nesta pesquisa.

Após a explanação de todo esse contexto percebe-se que é urgente implementar políticas de apoio à maternidade nas instituições de ensino superior e para isso é necessário realizar um levantamento sobre as mães presentes no universo acadêmico da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. Assim, a proposta desse projeto de pesquisa é mapear as questões da maternidade na UEMG, com um estudo piloto na Faculdade de Educação - FaE, problematizando essa realidade, desvelando potencialidades e fragilidades.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral



Compreender a maternidade na universidade a partir das percepções das discentes da Faculdade de Educação - FaE da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, com vistas para que se contribua com a implementação de políticas de apoio à maternidade.

3.2 Objetivos específicos

- Realizar estudo bibliográfico sobre: gênero, mulheres na ciência, maternidade na universidade.
- Aplicar questionário online para as discentes da FaE/UEMG.
- Analisar os dados gerados a partir do questionário.

4 METODOLOGIA

Esta é uma investigação que se pauta na pesquisa qualitativa que, como definem Alves–Mazzotti e Gewandsznajder (1999), é aquela que busca o entendimento de fenômenos sociais socialmente construídos em uma dada situação, de forma a compreender as atitudes, valores e representações que compõem esse quadro. Para os autores as pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados.

Na primeira fase de atividades foram conduzidos estudos bibliográficos sobre: maternidade e ciência, estudos de gênero, divisão sexual do trabalho, políticas de apoio à maternidade, maternidade de mulheres negras, mãe solo, puerpério, mães de filhos atípicos, entre outros.

Num segundo momento foi realizado um levantamento sobre as discentes da FaE/UEMG com o objetivo de se entender a realidade das mães universitárias, com vistas para que, junto desse público alvo, se crie uma mobilização para a implementação de ações de apoio à maternidade. Nessa fase foi elaborado um questionário online para se entender a realidade dessas estudantes explorando as seguintes questões: perfil socioeconômico, étnico e de gênero, bolsas e auxílios, participação em projetos universitários, quantidade de filhos, filhos com deficiência, aleitamento materno, rede de apoio, depressão pós-parto, medidas de apoio no ambiente universitário, entre outros. O questionário foi respondido por 124 estudantes de Pedagogia da FaE/UEMG no período de junho a julho



de 2023. As análises estão sendo realizadas de agosto de 2023 até o presente momento. Sendo assim, aqui apresentamos os dados parciais da pesquisa.

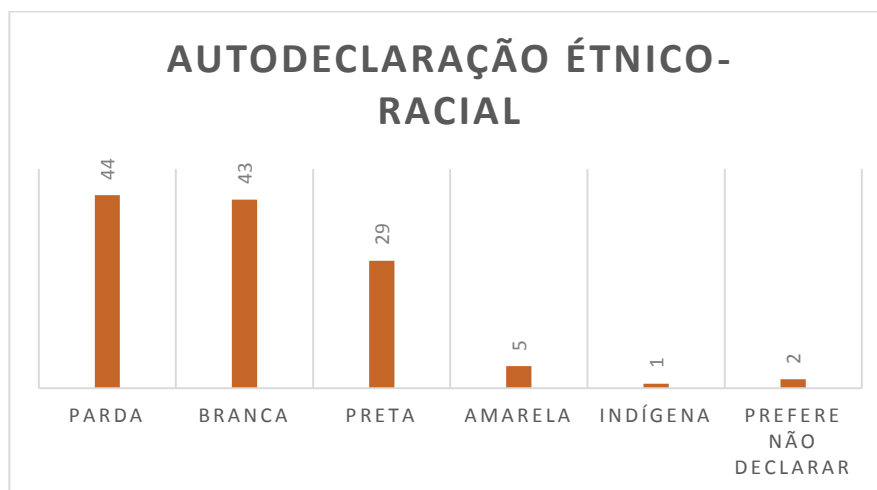
5 RESULTADOS OBTIDOS

Na ocasião em que foi disponibilizado o questionário da pesquisa, primeiro semestre de 2023, a FaE/UEMG contava com 635 estudantes matriculados no curso de Pedagogia. Destes, 583 são mulheres e 52 são homens. Responderam à pesquisa 124 estudantes mulheres de Pedagogia de todos os núcleos formativos e de todos os turnos, o que corresponde a 21% das estudantes mulheres.

Sobre o perfil dessas estudantes, os dados gerados foram sobre: declaração étnico-racial, idade, identidade de gênero, orientação sexual, pessoa com deficiência e renda.

No que se refere ao perfil étnico-racial, de acordo com as categorias do IBGE, a maioria, 73 estudantes, se declaram preta ou parda, como podemos observar no gráfico a seguir:

Figura 1 – Autodeclaração étnico-racial



Fonte: dados compilados pelas autoras

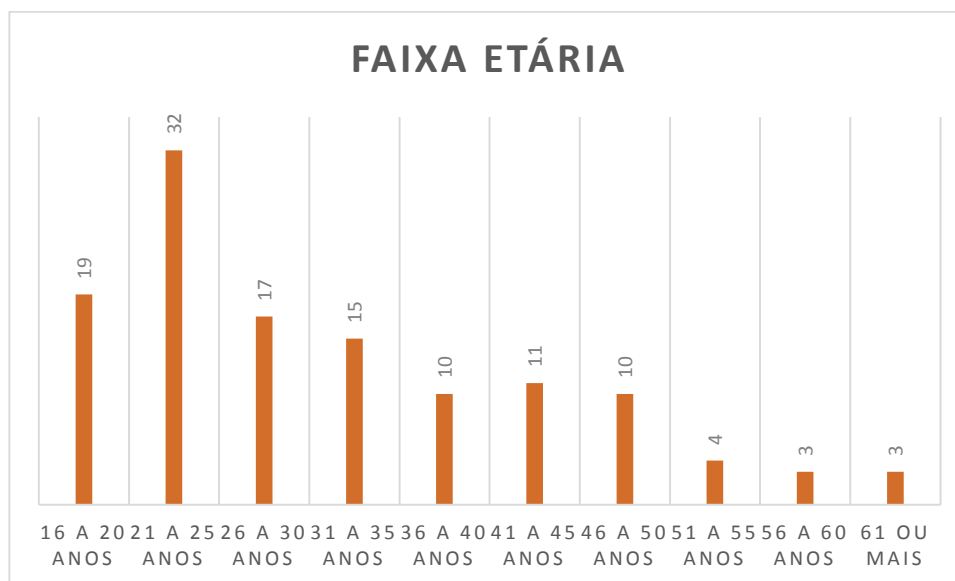
Segundo o Inciso IV, Parágrafo Único do artigo 1º do estatuto da Igualdade Racial, Lei nº12.288, de 20 de julho de 2010, são consideradas negras o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas ou que adotam auto definição análoga, conforme o



questão cor ou raça usado no apêndice metodológico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE (BRASIL, 2010).

A faixa etária das estudantes é variada, sendo preponderante idade de 21 a 25 anos, como podemos observar no gráfico a seguir:

Figura 2 – Faixa Etária



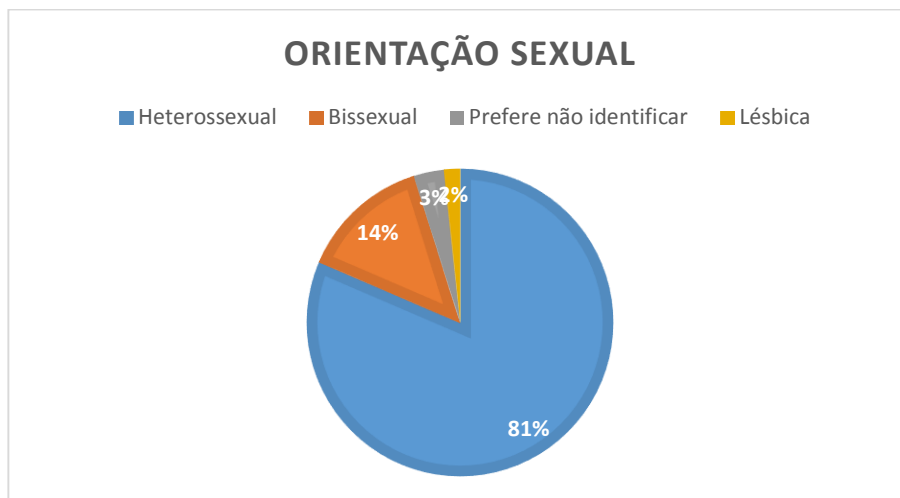
Fonte: dados compilados pelas autoras

Quanto à identidade de gênero, 112 se identificaram como mulher cis, 12 optam por não se identificar.

Em relação à orientação sexual, a maioria se declara heterossexual. Obtivemos uma pequena parcela de respostas com mulheres que se identificam como bissexuais e lésbicas, como pode ser observado no gráfico abaixo:



Figura 3 – Orientação Sexual

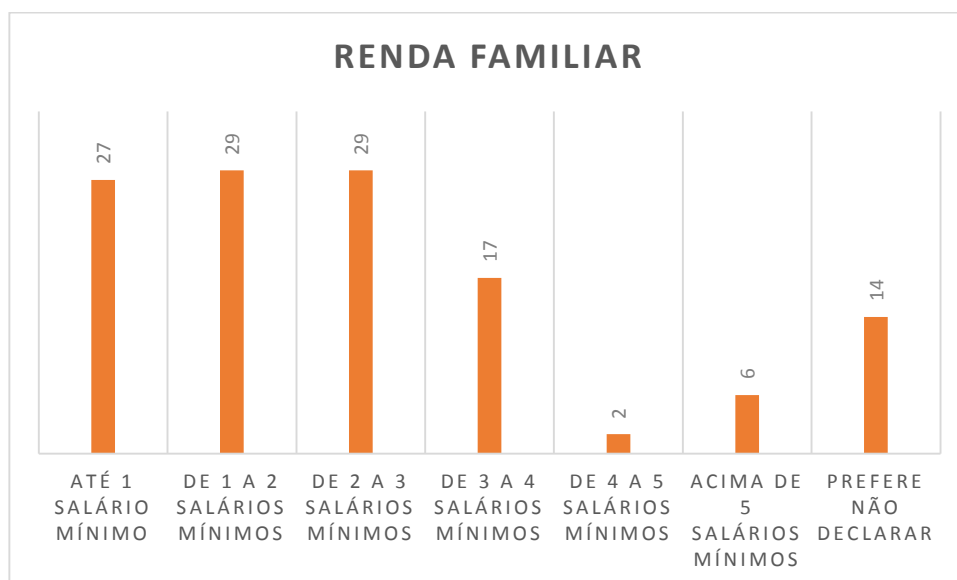


Fonte: dados compilados pelas autoras

Se possui alguma deficiência, 122 responderam que não possuem, 2 responderam que possuem. Das que possuem, uma especificou como TDAH, outra como deficiência auditiva.

Sobre a renda familiar, podemos observar as seguintes respostas:

Figura 4 – Renda Familiar



Fonte: dados compilados pelas autoras

Percebeu-se que os arranjos familiares em relação a renda são diversos, sendo que a maioria se concentra entre 1 a 3 salários mínimos.



Perguntadas se receberam no último mês auxílio financeiro governamental, 17 responderam que sim, 104 responderam que não.

Em relação ao auxílio do Programa Estadual Estudantil – PEAES da UEMG, 105 responderam que não recebem, enquanto 19 recebem. Dessas, destaca-se que duas bolsas são para auxílio creche.

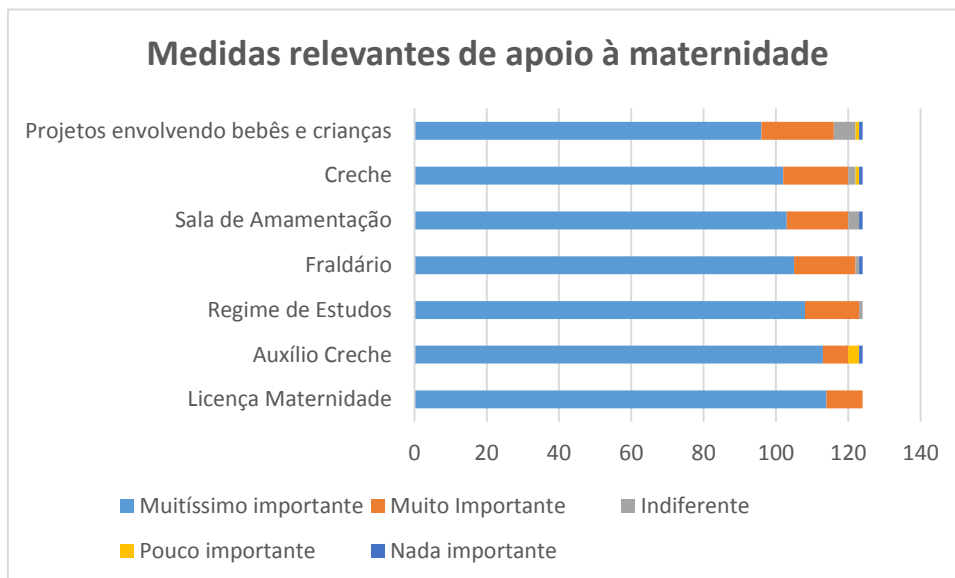
Sobre a produtividade das estudantes de Pedagogia analisou-se o seguinte panorama em relação as bolsas de ensino, pesquisa ou extensão: 13 recebem bolsas de ensino, 8 possuem bolsas de extensão e 3 de pesquisa. Dessas 24 bolsistas, 15 são mães. Das 100 estudantes que não possuem bolsas, 48 são mães. Das 59 que atuam como voluntárias, 26 são mães. Podemos afirmar que entre as respondentes temos um número significativo de estudantes que são mães atuantes em projetos na universidade.

A análise a seguir se refere as respostas de todas as participantes da pesquisa em relação a ter conhecimento sobre alguma política da UEMG de apoio à maternidade. Assim, 82% estudantes disseram não conhecer tais políticas. Entre as respondentes que conheciam as políticas foram apontadas auxílio creche do PEAES e regime especial de estudos. Destaca-se que algumas estudantes citaram um projeto de extensão da FaE destinado a maternidade como política da universidade. Sabe-se que essa é uma importante iniciativa, mas não é considerada uma política. Assim, temos que a maioria das estudantes não tem clareza sobre as políticas universitárias para as mães.

Foram sugeridas no questionário algumas medidas de apoio à maternidade para que as respondentes pudessem julgar como relevantes. O gráfico abaixo, demonstra como se posicionaram as estudantes:



Figura 5 – Relevância das Medidas de Apoio à maternidade na UEMG



Fonte: dados compilados pelas autoras

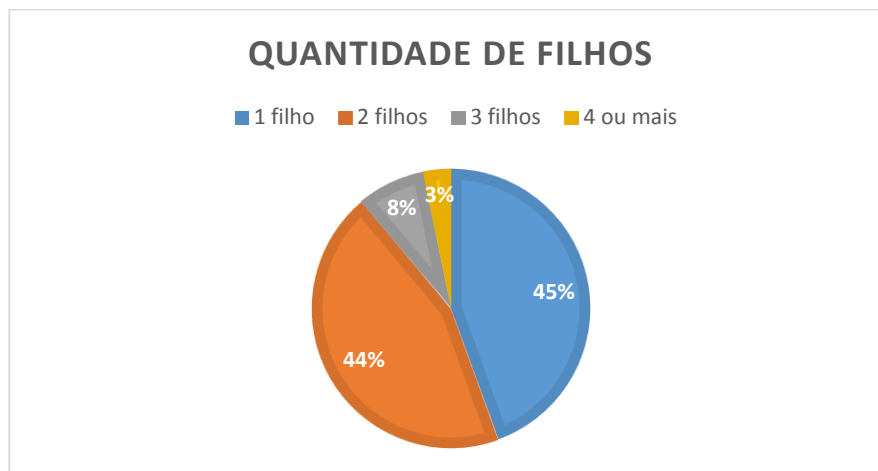
Predomina entre as estudantes que responderam ao questionário a opinião de que as políticas de apoio à maternidade são muitíssimas importantes e que sua implementação é relevante para a UEMG. Pode-se inferir com esse dado que, independentemente de serem ou não mães, o corpo discente da FaE que participou do questionário é sensível às questões relacionadas à maternidade e considera que tratar desse assunto interessa às estudantes.

O próximo bloco de perguntas do questionário foi destinado exclusivamente para as estudantes que são mães. Das 124 que responderam ao questionário, 63 possuem filhos. Esse número corresponde a 51% de estudantes, sendo que três delas são gestantes.

Em relação a quantidade de filhos, a maioria das mães que respondeu ao questionário possui até dois filhos, como demonstrado no gráfico abaixo:



Figura 6 – Quantidade de filhos



Fonte: dados compilados pelas autoras

Entre as mães com filhos com deficiência temos 11% das participantes, sendo declarado por elas o seguinte quadro: 02 filhos com síndrome de down, 02 com microcefalia, 01 com glaucoma congênito, 01 com escoliose e 01 TEA/TDAH.

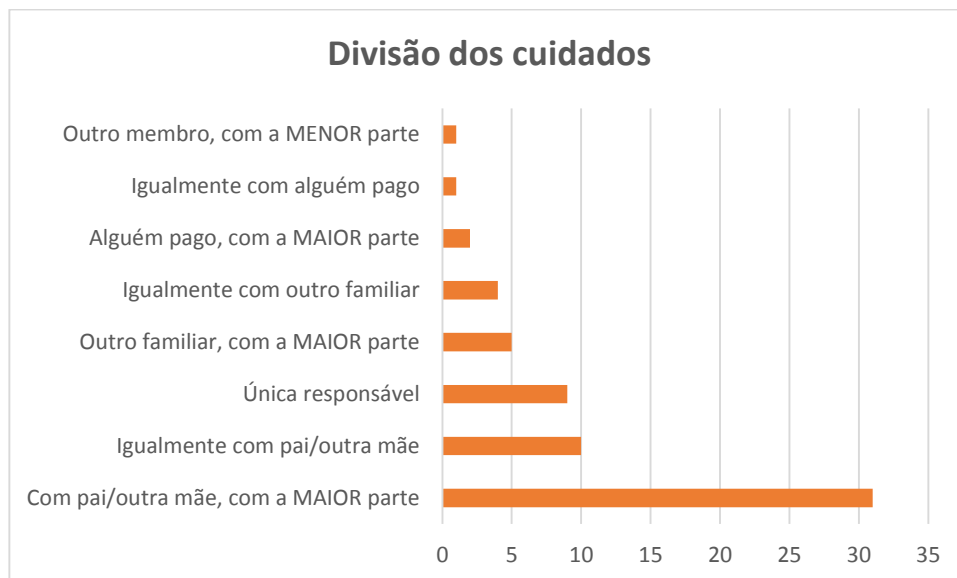
Questionadas sobre se observam dificuldades para as mães amamentarem/extraírem o leite na universidade, a maioria (50) relatou que observa dificuldades nessa questão, sendo a falta de um local adequado a principal dificuldade apontada. Esse dado demonstra que entre as estudantes há a percepção de que na FaE há necessidade de adequação do espaço para garantir o direito da criança de ser amamentada. Essa seria uma importante conquista para atender a recomendação da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, de aleitamento exclusivo nos seis primeiros meses de vida, podendo ser prolongado até os dois anos, acompanhado de outros alimentos. Ainda sobre a amamentação, destaca-se que dentre as 63 mães que responderam ao questionário, cinco estão em aleitamento materno.

Em relação à maternidade solo, destaca-se que 25% das estudantes de Pedagogia da FaE assim classificam a sua maternidade. Além de atentar para os impactos dessa constituição familiar e em relação aos cuidados com as crianças, é pertinente pensar na dimensão da responsabilidade que o grupo comunitário, incluindo a universidade, tem em relação à assistência a essas mães e crianças, num sentido de compreender que o cuidado com as novas gerações deve ser compartilhado por todos e não apenas pela sua família direta, como consta na Constituição Federal, no seu Artigo nº 227.

O gráfico a seguir apresenta a divisão dos cuidados com os filhos.



Figura 7 – Divisão dos cuidados com os filhos



Fonte: dados compilados pelas autoras

É constatado que ainda que as mães dividam os cuidados com outras pessoas, a maioria assume a maior parte dos cuidados.

Responderam ao questionário 17 mães de filhos com menos de 4 anos, destes, 12 frequentam creche. Quanto ao período de tempo que frequentam a creche, sete mães responderam que os filhos frequentam a creche em tempo integral, cinco em tempo parcial e outras cinco responderam que os filhos não frequentam esse espaço.

Em relação aos filhos em idade escolar (4 a 17anos), 35 disseram que tem filhos em escolas de tempo parcial, sete em tempo integral e outras 21 responderam não se aplica.

Perguntadas se já tiveram que levar o filho para a Universidade, 36% de mães afirmaram que sim. Esse dado mostra que são relevantes as medidas de apoio, tanto dos auxílios relativos à creche, quanto de estrutura para permanência das mães nos espaços da universidade com os seus filhos, caso seja necessário.

Em relação à depressão pós-parto, 24% das estudantes mães tiveram quadro de depressão pós-parto.

Perguntadas se já sofreram preconceito por ser mãe na universidade 16% das estudantes disseram que sim.

Essas são as análises parciais aqui apresentadas, que nos trazem um panorama satisfatório da realidade das estudantes de pedagogia, com ênfase para aquelas que são



mães. Destaca-se que ainda serão averiguadas as questões abertas. Enfatizamos que os dados ainda precisam de um refinamento, principalmente quanto ao diálogo com o referencial teórico.

6 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises parciais dos dados foi possível traçar um panorama do perfil das estudantes de Pedagogia da FaE/UEMG que responderam ao questionário. Também foi possível levantar importantes questões sobre suas percepções em relação as medidas de apoio às mães na universidade. Notou-se um percentual pequeno de estudantes empenhadas nos projetos de pesquisa, extensão e ensino. Entretanto destaca-se um número considerável de bolsistas que são mães, o que mostra que esse público também contribui para a construção de conhecimento na universidade. E, por fim, foi possível entender parte da realidade das mães universitárias, percebendo-se que os desafios são grandes para que mantenham seus estudos, já que identificamos mães negras, mães solo, mães de filhos com deficiência, mães que tem incumbido a maior parte da responsabilidade dos cuidados por seus filhos. E ainda, passando por todos esses desafios, temos mães que já tiveram que levar seus filhos para a universidade e sofreram preconceito por ser mãe nesse ambiente.

Diante desses resultados, podemos concluir que as medidas de apoio a maternidade dentro da universidade são fundamentais para que as mães tenham condições de permanecer no curso e ter qualidade nos estudos. Nota-se a importância da rede de apoio vinda tanto da família, com a divisão dos cuidados, quanto a advinda das instituições, sob a forma de creche e auxílio creche, bem como a criação ou adequação dos espaços que permitam os filhos estarem com as suas mães para amamentação, garantindo-lhes os direitos básicos de saúde e assistência precisam ser melhor observados.



REFERÊNCIAS

- ABREU, Alice R. P.; OLIVEIRA, Maria C F. A.; VIEIRA, Joice M.; MARCONDES, Gláucia S. Presença feminina em ciência e tecnologia. In: Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas internacionais. ABREU, Alice R. P. (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2016.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método das ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.
- BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.
- _____. Lei nº 12.288 de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, 2010.
- _____. Portaria de Consolidação Nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 10/03/2022.
- GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo. São Paulo: Claridade, 2015.
- MACHADO, Leticia; SILVA, Livia Kmetzch Rosa; RICACHENEVSKY, Felipe Klein; PERLIN, Marcelo; SCHWARTZ, Ida Vanessa Doerderlein; NEIS, Alessandra Tamajusuku; SOLETTI, Rossana Colla; SEIXAS, Adriana; STANISCUASKI, Fernanda. Parent in Science: the impact of parenthood on the scientific career in Brazil. 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering (GE). 2019 IEEE/ACM. 2019. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_f53ac6eee19f454193a3ae5ef84682f4.pdf. Acesso em: 10/03/2022.
- MÜLLER, MÔNICA S. A. O impacto da maternidade na academia. Uma análise multidisciplinar nos campos do Direito e das Políticas Públicas sobre as mães em universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. 2018. 163f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018.

O DESAFIO DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS: O que pensam as estudantes de Pedagogia sobre essa temática?



MÜLLER, Beatriz C. Informativo Mulheres e Maternidade no Ensino Superior no Brasil. Parent in Science, 2021. Disponível em:

https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_6ac0cc4d05734b56b460c9770cc071fc.pdf. Acesso em: 10/03/2021.

OLIVEIRA, Letícia; CALAZA, Karin da Costa; LATGE, Andrea Brito; DI MAIO, Angelica Carvalho; LIMA, Cláudia Henschel; LUZ, Daisy Maria; CASTRO, Helena Carla; MELO, Hildete Pereira; ARAUJO, Hermes; MOCHETTI, Karina; DAMASIO, Kita; ARGUETA, Lourdes Brazil dos Santos; VARGAS, Maria D.; TOSTE, Verônica; MARTINS, Laura Brandão. Propostas de políticas de apoio à maternidade na universidade. Grupo de Trabalho Mulheres na Ciência da UFF. 2019. Disponível em:

https://cpeg.uff.br/wp-content/uploads/sites/582/2022/04/Propostas_de_Políticas_de_Apoio_a_Maternidade_na_Universidade_UFF.pdf. Acesso em: 01/12/2022.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque; SZWAKO, José. Diferenças, Igualdades. São Paulo: Berlendis&Vertecchia ed., 2009, p.116-149.